



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4409

Sábado - 16 de Dezembro de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Associações

AMAI.....	2	AMURC.....	6	AMVE.....	7
-----------	---	------------	---	-----------	---

Consórcios

CINCATARINA	8
CIS/AMAUC.....	9
CISAMARP	10
CISNORDESTE	23
CODEPLAN.....	29
LAMBARI	64
CVC.....	66
CIRSURES.....	66



Associações

AMAI

AUTORIZAÇÃO ABERTURA - AQUISIÇÃO DE SOFÁ DE TRÊS LUGARES

Publicação Nº 5432783



AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

Autorizo a instauração de procedimento licitatório, na modalidade dispensa de licitação, para aquisição de sofá de três lugares a ser alocado no estande destinado à AMAI na EXPOFEMI Xanxerê 2024; conforme descrito no termo de referência.

Xanxerê, SC, 13 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito de Xanxerê

Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI
Florianópolis, 100 - Centro - Xanxerê - SC
www.amaisc.org.br | 49 | 3433 0040

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SOFÁ

Publicação Nº 5432789

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista que o procedimento licitatório nº 041/2023, realizado na modalidade dispensa de licitação nº 025/2023, que tem por objeto a aquisição 01 (um) sofá; apontou como vencedora desse certame a empresa *Ebazar.com.br.ltda*, inscrita no CNPJ sob o nº 03.007.331/0001-41, no valor global de R\$ 1.399,00 (mil, trezentos e noventa e nove reais); resolvo, no uso de minha competência, ADJUDICAR e HOMOLOGAR esta licitação à empresa vencedora.

Isso posto, tratando-se de despesa de pronto pagamento, dispensa-se elaboração de contrato. Autorizo, por fim, a respectiva compra.

Xanxerê, SC, 15 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito de Xanxerê

Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI
Florianópolis, 100 - Centro - Xanxerê - SC
www.amaisc.org.br | 49 | 3433 0040

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO DE SOFÁ 03 LUGARES

Publicação Nº 5432785

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

Objeto: Aquisição de 01 (um) sofá de três lugares, cor preta, mediante as seguintes especificações:

- Material de estofamento: Courano;
- 03 (três) lugares;
- Material dos pés: Madeira Maciça de Pinheiro;
- Cor do sofá: preta;
- Desenho do tecido: liso;
- Peso máximo: 65kg;
- Largura X Profundidade X Altura: 208cm X 70cm X 82cm;
- Capacidade de peso suportado: mínimo de 360Kg.

A Proposta de Orçamento e o orçamento encaminhado pela empresa Contratada faz parte integrante deste termo de referência, vinculados às partes para todos os efeitos legais, jurídicos e contratuais.

Declaração: A empresa Contratada declara, prévia e expressamente, que tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços, bem como das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, na qual se compromete a acatar todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e respectivo Contrato.

Justificativa:

A AMAI participará da EXPOFEMI 2024 que acontecerá no município de Xanxerê no mês de fevereiro de 2024, sendo necessário, para preenchimento do espaço do estande e acomodação do público, a disponibilização de móveis, incluindo sofá.

Registra-se que a AMAI possui em seu acervo patrimonial um sofá similar ao objeto contratado. No entanto, o sofá precisa ser novamente forrado para fins estéticos e de uso. Ocorre que ao cotar orçamentos para o serviço necessário, o valor ultrapassou a aquisição de um produto novo; o que justifica a nova aquisição.

Obrigações da Contratante: a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto; b) efetuar o pagamento conforme pactuado; c) fiscalizar o cumprimento das obrigações

contratuais, podendo, inclusive, intervir durante a execução para fins de ajuste ou suspensão; d) notificar a empresa Contratada acerca de quaisquer irregularidades; e) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

Obrigações da Contratada: a) Entregar o objeto do contrato com zelo e dedicação, observando os princípios éticos inerentes à execução dos mesmos; b) entregar o objeto na quantidade, qualidade e prazo acordados; c) acatar as decisões e observações feitas pelos fiscais deste contrato; d) não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços sem anuência da Contratante; e) receber o pagamento conforme disposto no contrato; f) aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Contratante, referentes a execução do contrato, nos termos da legislação vigente; g) manter-se adimplente no que tange aos tributos, sejam eles Federais, Estaduais e/ou Municipais, inclusive no que concerne às verbas trabalhistas e de caráter previdenciário.

Valor Global, incluindo todos os itens: R\$ 1.399,00 (mil, trezentos e noventa e nove reais). Com exceção do frete, os demais encargos estão embutidos no preço, por exemplo, mão de obra e tributos.

Prazo de entrega do objeto: Prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da consumação da compra.

Fiscal de Contrato: Ingrid Aline Piovesan.

Local de entrega: Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê/SC, Cep 89.820-000 (sede da AMAI).

Xanxerê-SC, 13 de dezembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Presidente - AMAI

AMURC**04/2023**

Publicação Nº 5433539

ATA N. 04/23 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três às 10h:30m horas, na sede da AMURC, situada a Rua Cornélio de Haro Varela, 1.835, bairro Água Santa, em Curitiba, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o Edital de Convocação 04/2023 expedido mediante cientificação expressa a todos os prefeitos, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária da AMURC, Associação dos Municípios da Região do Contestado, a Prefeita de Santa Cecília Sra. Alessandra Aparecida Garcia, o Prefeito de Curitiba, Sr. Kleberson Luciano Lima, a prefeita municipal de São Cristóvão do Sul, Sra. Ilse Amélia Leobet, o prefeito municipal de Frei Rogério, Sr. Jair da Silva Ribeiro, o prefeito municipal de Ponte Alta do Norte, Sr. Ari Alves Wolinger, assim como os colaboradores da AMURC, Sra. Luana Ferreira, Sra. Franciele Wolinger Rocha, Sra. Marilucia Bogo Surdi e o Sr. Roberto Molin de Almeida. O diretor executivo da AMURC, Sr. Roberto Molin de Almeida, agradeceu a presença de todos, e deu início a assembleia com a seguinte pauta: 1) Apresentação das ações da AMURC do ano de 2023: O diretor da AMURC fez a apresentação das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023, apresentou também os investimentos feitos neste período, após apreciação de todos, Roberto deu continuidade aos assuntos elencados na pauta. 2) Aprovação revista AMURC: O diretor informou a todos a ideia de fazer a revista da AMURC, como forma de divulgar as ações e também a região, de início a revista será de forma digital e posteriormente será impressa, após deliberação foi aprovado por unanimidade. 3) Trabalho de conscientização sobre reciclagem do lixo: O diretor da AMURC, explanou aos presentes a necessidade de trabalhar este assunto nos municípios, visto que é algo que tem um impacto em nossa sociedade, ficou decidido que será realizada ações regionais afim de conscientizar a população. 4) Gratificação de função referente a carteira de trabalho: O diretor da AMURC, Sr. Roberto Molin de Almeida, informou a necessidade de regularizar a gratificação da servidora Luana Ferreira, que desde julho de 2019 passou a ter mais uma função que seria a carteira de trabalho, Roberto frisou que este serviço atende todos os municípios da AMURC, após deliberação foi aprovado por unanimidade a concessão de gratificação a servidora Luana Ferreira, tendo efeitos em janeiro de 2024. 5) Prestação de contas do ano de 2023: A contadora da AMURC, Sra. Marilucia Bogo Surdi, repassou aos presentes a prestação de contas do ano de 2023, apresentou relatórios que serão anexados juntamente nesta ata. 6) Assuntos diversos: O diretor Executivo da AMURC solicitou aos presentes se todos aprovavam a realização da premiação do movimento econômico para o ano de 2024, por unanimidade a solicitação foi aprovada. A prefeita de Santa Cecília, Sra. Alessandra Garcia, sugeriu que a premiação do movimento econômico seja feita em cada município para que assim todos possam participar sem precisar se deslocar, ficando assim definido que o evento vai ser realizado em cada município. A analista tributária da AMURC, Sra. Franciele Wolinger, repassou aos prefeitos alguns relatórios sobre o movimento econômico e ficou à disposição para possíveis dúvidas. O diretor da AMURC, Sr. Roberto Molin de Almeida pediu aprovação para ações e serviços a serem realizados, sendo elas: A) Projeto de feiras itinerantes na região com produtos da terra. B) Assessoria em sistemas de gestão de índices de inspeção municipal. C) Plataforma de movimento econômico. D) Internet e sistema de backup segurança e nuvem. E) Serviços de informática e alimentação dos portais de turismo da região da AMURC, após solicitação do diretor as deliberações foram aprovadas. O presidente da AMURC, Sr. Kleberson Luciano Lima, agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância da união dos municípios e nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.

Kleberson Luciano Lima
Presidente da AMURC
CPF:000.459.139-94

Ilse Amélia Leobet
Vice Presidente da AMURC
CPF:310.146.589-34

Jair da Silva Ribeiro
Conselho Deliberativo
CPF – 528.389.789-34

Alessandra Aparecida Garcia
Conselho Deliberativo
CPF:848.094.859-00

Ari Alves Wolinger
Conselho Deliberativo
CPF: 629.779.469-34

AMVE**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2023 - ASSESSORIA SAMAE**

Publicação Nº 5432897

CONSIDERANDO:

O presente Termo Aditivo é celebrado em conformidade com o Contrato nº 25/2023, firmado entre as partes em, cujas disposições continuam em vigor.

O gestor do contrato, por meio do processo administrativo nº 216/2023, apresentou justificativas para a necessidade de aditivo ao contrato, conforme descrito a seguir:

"Solicita aditivo, pois o contrato finaliza em dezembro de 2023 e parte das 200 horas previstas foram utilizadas. Justifica-se a necessidade de continuação do apoio, pois os Samaes de Timbó e Blumenau ainda não iniciaram o desenvolvimento das atividades. Nesse caso, os trabalhos desenvolvidos serão enquadrados nas exigências previstas nesse contrato, necessitando apenas de aditivo de prazo e de horas."

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2023

As partes, de um lado o ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE EUROPEU - AMVE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro MAURELIO SOARES, microempreendedor individual MEI, CNPJ nº 43.585.441/0001-05, com sede na Rua Sete de Setembro, 585, CEP: 89.114-840 na cidade de Gaspar – SC, neste ato representada por Maurelio Soares – CPF nº 6--6--7---5-, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e convencionado o presente aditamento ao Contrato nº. 25/2023, em consonância com as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto o apostilamento das horas estipulada na cláusula 3.2 bem como a prorrogação do prazo de vigência do Contrato firmado entre as partes em 24/07/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. O número de horas inicialmente previsto no contrato, que era de 200 horas, é acrescido em 100 horas, portanto totalizando, 300 horas, sem prejuízo de novos aditamentos, prorrogações e/ou renovações, na forma da Resolução 15/2022.

2.2. O prazo de vigência do contrato, que inicialmente se encerraria em 31/12/2023, é prorrogado por mais 12 (doze) meses, sendo a nova data de encerramento será em 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:

3.1. As demais cláusulas e condições do Contrato nº. 25/2023 e prorrogações ficam mantidas e ratificadas.

3.2. As Partes envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que esse termo será assinado eletronicamente com fundamento no Artigo 10, parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do Artigo 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis. Consigna-se no presente instrumento que a assinatura tem plena validade em formato eletrônico, sendo equiparado a documento físico para todos os efeitos legais, reconhecendo e declarando os signatários que a assinatura deste Contrato em meio eletrônico é apta a comprovar autenticidade, autoria, integridade e validade jurídica do instrumento ora firmado, e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse. Assim sendo, todas as assinaturas apostas a este instrumento em meio eletrônico, na forma prevista nesta Cláusula, têm plena validade e são suficientes para a autenticidade, integridade, existência e validade deste contrato. As Partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, assinado pelas partes contratantes abaixo identificadas, a tudo presente.

Blumenau (SC), 26 de outubro de 2023.

CONTRATANTE - AMVE DIRETOR EXECUTIVO - AMVE	CONTRATADO MAURELIO SOARES - MEI
--	-------------------------------------

GESTORA DO CONTRATO
SIMONE GOMES TRALESKI

Consórcios

CINCATARINA

DECISÃO - PA 3163_2023 - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO - BOM JESUS - RS

Publicação Nº 5434860

Processo Administrativo Eletrônico:	3163/2023-e
Interessado:	MUNICÍPIO DE BOM JESUS - RS
Assunto:	Adesão à Ata de Registro de Preço ATC 0102/2022
Referência:	PAL 0102/2022, PE 0080/2022, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em face do pedido do Município de Bom Jesus - RS, foi instaurado procedimento administrativo visando verificar a viabilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC0102/2022, decorrente do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0102/2022-e, Edital de Pregão, na forma eletrônico, nº 0080/2022.

Em consulta formulada a empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, que visava a aquisição de uma unidade do item 2 (VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM NO MÍNIMO 17 + 1 LUGARES - TIPO B. CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIN19248)), foi recebido resposta via e-mail, anexada aos autos, que a empresa não possui interesse de fornecimento, priorizando o atendimento dos municípios consorciados.

Em face da manifestação da empresa TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA pela opção de aceitação do fornecimento da Adesão à Ata de Registro de Preço nº ATC0102/2022, para fins de aquisição do seguinte item:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Fornecedor	Quantidade da Adesão	Valor Unitário
10	TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN. (CIN19256)	TCA ELEVITTÁ TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN	TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA	1 unidade	30.000,00

Dessa forma, na condição de Órgão Gerenciador, mediante solicitação de adesão, aceitação de fornecimento e demais documentos juntados aos autos, fica AUTORIZADA a aquisição e contratação do item 10 (tabela acima), por Adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC0102/2022, decorrente do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0102/2022, Edital de Pregão, na forma eletrônica, nº 0080/2022, conforme Processo Administrativo nº 3163/2023-e.

É importante destacar que a aquisição e contratação decorrente da solicitação do Município de Bom Jesus - RS, não poderá exceder às quantidades e os valores registrados, conforme tabela acima.

Por fim, ressalto que a referida aquisição e contratação deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, a partir da Adesão de Registro de Preços, observados o prazo de vigência da referida ata, devendo o cumprimento desse prazo ser comunicado ao Órgão Gerenciador, até o quinto dia útil da aquisição.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 15 de dezembro de 2023.

André Luiz De Oliveira
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 529.063/2020.

EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0063 - TS_PRISMA

Publicação Nº 5432677

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8DB3BAA1FA9D257B59EEDF1E01E14F6617CE60A1

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0063

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

CONTRATADA: TS/PRISMA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, eficiência e ampliação do sistema de iluminação pública, nos municípios consorciados ao CINCATARINA, compreendendo o atendimento a eventos de manutenção, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, conforme especificações técnicas, critérios de qualidade e tempos de atendimento constantes no Termo de Referência, Anexo I, parte integrante do Edital e deste Contrato.

Valor Total: R\$ 15.471.370,75 (quinze milhões quatrocentos e setenta e um mil trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos).

Data: 15.12.2023 Vigência: 15.12.2023 a 15.12.2024

Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0077/2023-e

Pregão Eletrônico nº 0059/2023

Florianópolis (SC), 15 de dezembro de 2023.
André Luiz de Oliveira
Diretor Executivo do CINCATARINA

CIS/AMAUC**RESOLUÇÃO Nº14/2023**

Publicação Nº 5433098

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE URETROCISTOGRAFIA E NOS EDITAIS DE CHAMAMENTO Nº 1/2005 E Nº 1/2013 – ANEXO I – TABELAS DE SERVIÇOS E VALORES.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC, Prefeito do Município de Iupirimir, SR. HILARIO REFFATTI, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Incluir o procedimento de URETROCISTOGRAFIA no Anexo I – das Tabelas de Serviços e Valores - Editais de Chamamento nº 01/2005 e nº 01/20013, sendo a inclusão baseada em pesquisa orçamentária tendo como parâmetro os valores praticados por prestadores particulares, demais Consórcios de Saúde da Região e SEMAS. A inclusão foi aprovada pelos Secretários Municipais de Saúde em reunião da Comissão Intergestores Regional no dia 01 de novembro de 2023.

Art. 2º - Republicar os Anexos I – das Tabelas de Serviços e Valores - Editais de Chamamento nº 01/2005 e nº 01/2013.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia – SC, 27 de novembro de 2023.

HILARIO REFFATTI
Presidente do CIS AMAUC

Publicado
no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
Marlon Gabriel Candeia
Diretor Executivo do CIS AMAUC.

ANEXO I

UROLOGIA E RADIODIAGNÓSTICO				
PROCEDIMENTO	CÓD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
URETROCISTOGRAFIA	02.04.05.017-0	R\$ 52,11	R\$ 47,89	R\$ 100,00
*VALOR SUS : REFERENTE A TABELA SIGTAP- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ORTESES E PROTESES				

Tabela de valor reajustado

UROLOGIA E RADIODIAGNÓSTICO				
PROCEDIMENTO	CÓD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
URETROCISTOGRAFIA	02.04.05.017-0	R\$ 52,11	R\$ 47,89	R\$ 100,00
*VALOR SUS : REFERENTE A TABELA SIGTAP- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ORTESES E PROTESES				

UROLOGIA E RADIODIAGNÓSTICO				
PROCEDIMENTO	CÓD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
URETROCISTOGRAFIA	02.04.05.017-0	R\$ 52,11	R\$ 47,89	R\$ 100,00
*VALOR SUS : REFERENTE A TABELA SIGTAP- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ORTESES E PROTESES				

CISAMARP**CONTRATO ADMINISTRATIVO 11/2023 - GABRIEL FANTIN LAVAÇÕES**

Publicação Nº 5433792

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE E GABRIEL FANTIN LAVAÇÃO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, associação pública de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.023.771/0001-10, com sede na Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado pelo Presidente, CLAUDIR DUARTE doravante denominado CONTRATANTE, e GABRIEL FANTIN LAVAÇÃO inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 40.140.823/0001-37, sediado(a) na Rodovia José Gheller, sn, Santa Lúcia, CEP: 89565-453 – Videira/SC, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo nº 21/2023 e em observância às disposições do Art. 75, II, da Lei 14.133/21, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 10/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

CNPJ nº 11.023.771/0001-10

Endereço: Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC.

Representada por: CLAUDIR DUARTE

CONTRATADA: GABRIEL FANTIN LAVAÇÃO LTDA

CNPJ nº: 40.140.823/0001-37

Endereço: Rodovia José Gheller, sn, Santa Lúcia, CEP: 89565-453 – Videira/SC

Telefone: (49) 999633115

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

Contratação de empresa especializada no serviço de lavagem, polimento e enceramento para os veículos do CISAMARP, conforme especificações do Termo de Referência.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	24	Lavação Tracker	R\$ 60,00	R\$ 1.440,00
2	4	Lavação Onix	R\$ 60,00	R\$ 240,00
4	6	Enceramento Tracker	R\$ 40,00	R\$ 240,00

Valor Total: R\$ 1.920,00 (Um mil novecentos e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O contrato terá como termo inicial de vigência a data da emissão do contrato e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses após assinatura do contrato. Prorrogável conforme a permissão da Lei.

Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A contratada deverá realizar a integração do sistema em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da Assinatura do Presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ 1.920,00 (Um mil novecentos e vinte reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

O órgão gerenciador será:

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, CNPJ sob o nº 11.023.771/0001-10

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2023 conforme Art. 25 § 7º da Lei 14.133/21.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso.

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.3, observada a legislação que rege a matéria.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas
- iv. alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- v. Multa:
 - moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- i. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii. as peculiaridades do caso concreto;
- iii. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv. os danos que dela provierem para o Contratante;
- v. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade gestora:1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

Órgão orçamentário:1000 - CIS AMARP

Unidade orçamentária:1001 - CIS AMARP

Função:10 - Saúde

Subfunção:302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:1 - Saúde para Todos

Ação:2.1 - Manutenção do CIS AMARP

Despesa 23.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recurso próprio - 1.500.1002

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 Art. 75 Inciso II, e suas alterações, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma.

VIDEIRA/SC, 15 de dezembro de 2023

CONTRATANTE

CISAMARP

Claudir Duarte

CONTRATADA

GABRIEL FANTIN LAVAÇÕES

CONTRATO ADMINISTRATIVO 12/2023 - LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO

Publicação Nº 5433800

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE E LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, associação pública de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.023.771/0001-10, com sede na Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado pelo Presidente, CLAUDIR DUARTE doravante denominado CONTRATANTE, e LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.927.327/0001-09, sediado(a) na Rua Abraão Brandalise, nº 380, Centro, CEP: 89.560-164 – Videira/SC, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo nº 21/2023 e em observância às disposições do Art. 75, II, da Lei 14.133/21, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 10/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

CNPJ nº 11.023.771/0001-10

Endereço: Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC.

Representada por: CLAUDIR DUARTE

CONTRATADA: LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO LTDA

CNPJ nº: 23.927.327/0001-09

Endereço: Rua Abraão Brandalise, nº 380, Centro, CEP: 89.560-164 – Videira/SC

Telefone: 49- 999546633

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

Contratação de empresa especializada no serviço de lavagem, polimento e enceramento para os veículos do CISAMARP, conforme especificações do Termo de Referência.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	4	Polimento Tracker	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00

Valor Total: R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O contrato terá como termo inicial de vigência a data da emissão do contrato e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses após assinatura do contrato. Prorrogável conforme a permissão da Lei.

Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A contratada deverá realizar a integração do sistema em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da Assinatura do Presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ 1.920,00 (Um mil novecentos e vinte reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

O órgão gerenciador será:

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, CNPJ sob o nº 11.023.771/0001-10

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2023 conforme Art. 25 § 7º da Lei 14.133/21.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.3, observada a legislação que rege a matéria.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas
- iv. alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- v. Multa:
 - moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- i. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii. as peculiaridades do caso concreto;
- iii. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv. os danos que dela provierem para o Contratante;
- v. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade gestora:1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

Órgão orçamentário:1000 - CIS AMARP

Unidade orçamentária:1001 - CIS AMARP

Função:10 - Saúde

Subfunção:302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:1 - Saúde para Todos

Ação:2.1 - Manutenção do CIS AMARP

Despesa 23.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recurso próprio - 1.500.1002

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 Art. 75 Inciso II, e suas alterações, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma.

VIDEIRA/SC, 15 de dezembro de 2023

CONTRATANTE

CISAMARP

Claudir Duarte

CONTRATADA

LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 10 2023 - LAVAÇÃO DE VEÍCULOS

Publicação Nº 5433784

Processo Administrativo nº 21/2023.

Dispensa de Licitação 10/2023.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação da empresa GABRIEL FANTIN LAVAÇÃO inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 40.140.823/0001-37, sediado(a) na Rodovia José Gheller, Sn, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89565453 – Videira/SC, doravante designado CONTRATADO, e a empresa LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.927.327/0001-09 sediado(a) na Rua Abraão Brandalise, nº 380, Centro, CEP: 89560-164, Videira/

SC, doravante designado CONTRATADO, para contratação de empresa especializada no serviço de lavagem, polimento e enceramento para os veículos do CISAMARP, conforme especificações do Termo de Referência

Valor Total GABRIEL FANTIN LAVAÇÃO: R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).

Valor Total LAVAÇÃO JOEL PASQUAL DE OLIVEIRA SALGADO: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Fundamento legal: Art 75, inciso II e § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Videira/SC, 15 de dezembro de 2023.

Claudir Duarte
Presidente do CISAMARP

IMEDIC DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA 9778802 (JOAÇABA) – KOZMA - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2020

Publicação Nº 5432438

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 210/2020.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Claudir Duarte e de outro lado o IMEDIC DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA 9778802 (JOAÇABA) – KOZMA, inscrita no CNPJ nº 05.135.788/0003-29, situada na Rua Getulio Vargas, nº 594, Centro de Joaçaba/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. **Rafael Saretta Portugal**, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 210/2020, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
IODOTERAPIA TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVE	0303120070	R\$ 998,40
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - ATE 30 MCI)	0303120061	R\$ 1.169,80
TRATAMENTO DE CÂNCER DA TIREOIDE (ABLAÇÃO 30 À 50MCI)	1080301534	R\$ 1.587,20
CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	0208030042	R\$ 338,70

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 210/2020, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente.

Videira/SC, 12 de dezembro de 2023.

Claudir Duarte
Presidente CISAMARP

Rafael Saretta Portugal
Representante Legal

TERMO DE POSSE ELEIÇÃO DIRETORIA 2023

Publicação Nº 5434123

TERMO DE POSSE 01/2023 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO CISAMARP

Pelo presente termo, toma posse, a partir do dia 01 de janeiro de 2023 como Presidente do Conselho Administrativo do CISAMARP, o Exma. Sra. Luci Peretti, Prefeito do Município de Iomerê/SC, portador do CPF nº 7**.388.**9-82, estendendo-se seu mandato conforme previsão no § 1º do Art. 12 do Contrato de Consórcio do CISAMARP por um ano, de 01/01/2024 até o dia 31/12/2024, podendo o mesmo ser prorrogado por mais um ano na forma estatutária.

De igual forma e para mesmo período tomam posse os seguintes membros:

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Presidente	Luci Peretti
1º Vice-Presidente	Gianfranco Volpatto
2º Vice-Presidente	Nereu Borga
1º Secretário	Juliano Schneider
2º Secretário	Aldair Biasiolo

No mesmo ato, o presidente do Conselho Administrativo deste Consórcio, amparado pelo Art. 19 inciso III, do Contrato de Consórcio do CISAMARP dá posse aos membros do Conselho Fiscal pelo mesmo período, ficando assim constituído:

O Conselho Fiscal	
Presidente e 1º membro	Rudi Ohlweiler
2º membro	Dorival Borga
3º membro	Nelci Fatima Trento Bortolini
SUPLENTE	
1º membro	Alcedir Felchilcher
2º membro	Rosamarcia Hetkowski Roman
3º membro	Gilberto Chiarini

Tudo em conformidade com a realização da eleição ocorrida na Assembleia Geral do CISAMARP realizada no dia 06/12/2023.

Videira/SC, 14 de dezembro de 2023.

Luci Peretti	Gianfranco Volpatto
Prefeita do Município de Iomerê	Prefeito do Município de Ibicaré
PRESIDENTE	1ª VICE-PRESIDENTE
Nereu Borga	Juliano Schneider
Prefeito do Município de Salto Veloso	Prefeito do Município de Luzerna
2º VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO
Aldair Biasiolo	
Prefeito do Município de Tangará	
2º SECRETÁRIO	
Rudi Ohlweiler	Dorival Carlos Borga
Prefeita do Município de Arroio Trinta	Prefeito do Município de Videira
PRESIDENTE CONSELHO FISCAL	MEMBRO EFETIVO CONSELHO FISCAL
Nelci Fatima Trento Bortolini	Alcedir Felchilcher
Prefeita do Município de Água Doce	Prefeito do Município de Arroio Trinta
MEMBRO EFETIVO CONSELHO FISCAL	MEMBRO SUPLENTE CONSELHO FISCAL
Rosamarcia Hetkowski Roman	Gilberto Chiarini
Prefeito do Município de Vargem Bonita	Prefeito do Município de Pinheiro Preto
MEMBRO SUPLENTE CONSELHO FISCAL	MEMBRO SUPLENTE CONSELHO FISCAL

CISNORDESTE**RESOLUÇÃO Nº 51/2023**

Publicação Nº 5436161

**CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 - Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Resolução nº 51/2023.**Dispõe sobre o recesso dos
empregados públicos do
CISNORDESTE/SC e dá providências.**

O Presidente do **Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Sr. Rodrigo Adrian David, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07,

Considerando que a maioria das prefeituras dos municípios consorciados e os prestadores de serviço entram em recesso na terceira semana do mês de dezembro, retornando com suas atividades normais em janeiro/2023;

Considerando que o CISNORDESTE/SC tem sua sede no prédio da AMUNESC e do CIM-AMUNESC e estes farão recesso no período de 22/12/2023 a 02/01/2024, retornando as atividades no dia 03/01/2024;

Considerando que o presidente do CISNORDESTE/SC é o prefeito do município de Garuva/SC e decretou recesso no período 22/12/2023 a 02/01/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o recesso dos empregados públicos do CISNORDESTE/SC no período de 22/12/2023 a 02/01/2024, retornando as atividades no dia 03/01/2024;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura e publicação.

Joinville, 11 de dezembro de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC

Publicação Nº 5436162



Código	Descrição	Fonte de Recursos	Valor R\$
4.1.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes		R\$ 33.043.805,04
4.1.3.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial		R\$ 1.000.000,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários		R\$ 1.000.000,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias		R\$ 1.000.000,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários		R\$ 1.000.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		R\$ 1.000.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01	Rec. de Remuneração de Depósitos Bancários	1.880.7000.0000	R\$ 1.000.000,00
4.1.7.0.00.0.0.00	Transferências Correntes		R\$ 32.043.805,04
4.1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.9.00.0.0.00	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.9.50.0.0.00	Transferências de Estados a Consórcios Públicos		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.8.04.1.0.00	Transferências de Estados a Consórcios Públicos		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.9.50.0.1.00	Transferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.9.50.0.1.17	Transferência Fixa do PVPC – Porte de Vulnerabilidade da População Consorciada		R\$ 1.400.000,00
4.1.7.2.9.50.0.1.17	Transferência Fixa do PVPC – Porte de Vulnerabilidade da População Consorciada	1.632.7000.0000	R\$ 1.400.000,00
4.1.7.3.0.00.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades		R\$ 30.643.805,04
4.1.7.3.9.00.0.0.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		R\$ 30.643.805,04
4.1.7.3.9.50.0.0.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		R\$ 30.643.805,04
4.1.7.3.9.50.1.0.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		R\$ 30.643.805,04

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

4.1.7.3.9.50.1.1.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal		R\$ 30.643.805,04
4.1.7.3.9.50.1.1.01	Município de Araquari		R\$ 1.236.124,80
4.1.7.3.9.50.1.1.01.01	Município de Araquari -Saúde	1.500.1002.0002	R\$ 1.112.512,32
4.1.7.3.9.50.1.1.01.02	Município de Araquari -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 123.612,48
4.1.7.3.9.50.1.1.02	Município de Balneário Barra do Sul		R\$ 611.988,48
4.1.7.3.9.50.1.1.02.01	Município de Balneário Barra do Sul -Saúde	1.500.1002.0003	R\$ 550.789,68
4.1.7.3.9.50.1.1.02.02	Município de Balneário Barra do Sul -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 61.198,80
4.1.7.3.9.50.1.1.03	Município de Barra Velha		R\$ 1.241.350,56
4.1.7.3.9.50.1.1.03.01	Município de Barra Velha -Saúde	1.500.1002.0004	R\$ 1.117.215,48
4.1.7.3.9.50.1.1.03.02	Município de Barra Velha -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 124.135,08
4.1.7.3.9.50.1.1.04	Município de Campo Alegre		R\$ 310.524,84
4.1.7.3.9.50.1.1.04.01	Município de Campo Alegre -Saúde	1.500.1002.0005	R\$ 279.472,32
4.1.7.3.9.50.1.1.04.02	Município de Campo Alegre -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 31.052,52
4.1.7.3.9.50.1.1.05	Município de Corupá		R\$ 205.665,12
4.1.7.3.9.50.1.1.05.01	Município de Corupá -Saúde	1.500.1002.0006	R\$ 185.098,56
4.1.7.3.9.50.1.1.05.02	Município de Corupá -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 20.566,56
4.1.7.3.9.50.1.1.06	Município de Garuva		R\$ 1.015.384,32
4.1.7.3.9.50.1.1.06.01	Município de Garuva -Saúde	1.500.1002.0007	R\$ 913.845,84
4.1.7.3.9.50.1.1.06.02	Município de Garuva -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 101.538,48
4.1.7.3.9.50.1.1.07	Município de Guaramirim		R\$ 1.042.589,52
4.1.7.3.9.50.1.1.07.01	Município de Guaramirim -Saúde	1.500.1002.0008	R\$ 938.330,52
4.1.7.3.9.50.1.1.07.02	Município de Guaramirim -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 104.259,00
4.1.7.3.9.50.1.1.08	Município de Itapoá		R\$ 1.217.700,00
4.1.7.3.9.50.1.1.08.01	Município de Itapoá -Saúde	1.500.1002.0009	R\$ 1.095.930,00
4.1.7.3.9.50.1.1.08.02	Município de Itapoá -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 121.770,00
4.1.7.3.9.50.1.1.09	Município de Jaraguá do Sul		R\$ 1.994.647,20
4.1.7.3.9.50.1.1.09.01	Município de Jaraguá do Sul -Saúde	1.500.1002.0010	R\$ 1.795.182,48
4.1.7.3.9.50.1.1.09.02	Município de Jaraguá do Sul -Administração	1.500.1002.0001	R\$ 199.464,72
4.1.7.3.9.50.1.1.10	Município de Joinville		R\$ 14.791.752,00
4.1.7.3.9.50.1.1.10.01	Município de Joinville - Saúde	1.500.1002.0011	R\$ 13.312.576,80
4.1.7.3.9.50.1.1.10.02	Município de Joinville - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 1.479.175,20
4.1.7.3.9.50.1.1.11	Município de Massaranduba		R\$ 469.552,32
4.1.7.3.9.50.1.1.11.01	Município de Massaranduba - Saúde	1.500.1002.0012	R\$ 422.597,04
4.1.7.3.9.50.1.1.11.02	Município de Massaranduba - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 46.955,28
4.1.7.3.9.50.1.1.12	Município de Piên		R\$ 170.414,40
4.1.7.3.9.50.1.1.12.01	Município de Piên - Saúde	1.500.1002.0013	R\$ 153.372,96
4.1.7.3.9.50.1.1.12.02	Município de Piên - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 17.041,44
4.1.7.3.9.50.1.1.13	Município de Rio Negrinho		R\$ 1.074.098,88
4.1.7.3.9.50.1.1.13.01	Município de Rio Negrinho - Saúde	1.500.1002.0014	R\$ 966.689,04
4.1.7.3.9.50.1.1.13.02	Município de Rio Negrinho - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 107.409,84
4.1.7.3.9.50.1.1.14	Município de São Bento do Sul		R\$ 1.448.985,00
4.1.7.3.9.50.1.1.14.01	Município de São Bento do Sul - Saúde	1.500.1002.0015	R\$ 1.304.086,44
4.1.7.3.9.50.1.1.14.02	Município de São Bento do Sul - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 144.898,56

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

4.1.7.3.9.50.1.1.15	Município de São Francisco do Sul		R\$ 2.616.844,32
4.1.7.3.9.50.1.1.15.01	Município de São Francisco do Sul - Saúde	1.500.1002.0016	R\$ 2.355.159,84
4.1.7.3.9.50.1.1.15.02	Município de São Francisco do Sul - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 261.684,48
4.1.7.3.9.50.1.1.16	Município de São João do Itaperiú		R\$ 250.106,52
4.1.7.3.9.50.1.1.16.01	Município de São João do Itaperiú - Saúde	1.500.1002.0017	R\$ 225.095,88
4.1.7.3.9.50.1.1.16.02	Município de São João do Itaperiú - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 25.010,64
4.1.7.3.9.50.1.1.17	Município de Schroeder		R\$ 946.076,76
4.1.7.3.9.50.1.1.17.01	Município de Schroeder - Saúde	1.500.1002.0018	R\$ 851.469,12
4.1.7.3.9.50.1.1.17.02	Município de Schroeder - Administração	1.500.1002.0001	R\$ 94.607,64
4.2.0.0.0.00.0.00.0	Receitas de Capital		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.0.0.00.0.00.0	Transferência de Capital		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.1.0.00.0.00.0	Transferências da União e de suas Entidades		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.1.9.00.0.00.0	Transf. da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.1.9.50.0.00.0	Transferências da União a Consórcios Públicos		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.1.9.50.1.00.0	Transferências da União a Consórcios Públicos		R\$ 2.242.968,00
4.2.4.1.9.50.1.01.0	Transf. da União para Construção da Policlínica do CISONORDESTE/SC	1.631.7000.0000	R\$ 2.242.968,00
Total das Receitas			R\$ 35.286.773,04

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a classificação funcional programática, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

Órgão: 01 CISONORDESTE/SC

Unidade: 01 COORDENAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.001 CISONORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.1.9.0	1.500.1002.0001	R\$ 2.145.066,60
	3.3.3.5.0	1.500.1002.0001	R\$ 2.400,00
	3.3.3.9.0	1.500.1002.0001	R\$ 914.514,12
	3.3.3.9.0	1.632.7000.0000	R\$ 1.400.000,00
	3.3.3.9.3	1.500.1002.0001	R\$ 2.400,00
	3.4.4.9.0	1.880.7000.0000	R\$ 10.000,00
Total da Atividade			R\$ 4.474.380,72

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

Órgão: 01 CISNORDESTE/SC**Unidade: 01 COORDENAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA****Função: 04 ADMINISTRAÇÃO****SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL****Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$	
1.001 Construção e Implementação da Policlínica do CISNORDESTE/SC	3.4.4.9.0	1.880.7000.0000	R\$	980.000,00
	3.3.3.9.0	1.880.7000.0000	R\$	10.000,00
	3.4.4.9.0	1.631.7000.0000	R\$	2.242.968,00
Total da Atividade			R\$	3.232.968,00

Órgão: 01 CISNORDESTE/SC**Unidade: 02 MUNICÍPIOS CONSORCIADOS****Função: 10 SAÚDE****SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL****Programa: 002 SERVIÇOS DE SAÚDE**

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$	
2.002 Manutenção do Município de Araquari	3.3.3.9.0	1.500.1002.0002	R\$	1.030.444,68
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0002	R\$	82.067,64
Total da Atividade			R\$	1.112.512,32
2.003 Manutenção do Município de Barra do Sul	3.3.3.9.0	1.500.1002.0003	R\$	550.789,68
Total da Atividade			R\$	550.789,68
2.004 Manutenção do Município de Barra Velha	3.3.3.9.0	1.500.1002.0004	R\$	1.056.250,92
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0004	R\$	60.964,56
Total da Atividade			R\$	1.117.215,48
2.005 Manutenção do Município de Campo Alegre	3.3.3.9.0	1.500.1002.0005	R\$	279.472,32
Total da Atividade			R\$	279.472,32
2.006 Manutenção do Município de Corupá	3.3.3.9.0	1.500.1002.0006	R\$	185.098,56
Total da Atividade			R\$	185.098,56
2.007 Manutenção do Município de Garuva	3.3.3.9.0	1.500.1002.0007	R\$	847.832,64
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0007	R\$	66.013,20
Total da Atividade			R\$	913.845,84
2.008 Manutenção do Município de Guaramirim	3.3.3.9.0	1.500.1002.0008	R\$	938.330,52
Total da Atividade			R\$	938.330,52
2.009 Manutenção do Município de Itapoá	3.3.3.9.0	1.500.1002.0009	R\$	1.041.825,72
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0009	R\$	54.104,28
Total da Atividade			R\$	1.095.930,00
2.010 Manutenção do Município de Jaraguá do Sul	3.3.3.9.0	1.500.1002.0010	R\$	1.795.182,48
Total da Atividade			R\$	1.795.182,48



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

2.011 Manutenção do Município de Joinville	3.3.3.9.0	1.500.1002.0011	R\$	12.118.752,24
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0011	R\$	1.193.824,56
Total da Atividade			R\$	13.312.576,80
2.012 Manutenção do Município de Massaranduba	3.3.3.9.0	1.500.1002.0012	R\$	422.597,04
Total da Atividade			R\$	422.597,04
2.013 Manutenção do Município de Piên	3.3.3.9.0	1.500.1002.0013	R\$	153.372,96
Total da Atividade			R\$	153.372,96
2.014 Manutenção do Município de Rio Negrinho	3.3.3.9.0	1.500.1002.0014	R\$	899.355,60
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0014	R\$	67.333,44
Total da Atividade			R\$	966.689,04
2.015 Manutenção do Município de São Bento do Sul	3.3.3.9.0	1.500.1002.0015	R\$	1.304.086,44
Total da Atividade			R\$	1.304.086,44
2.016 Manutenção do Município de São Francisco do Sul	3.3.3.9.0	1.500.1002.0016	R\$	2.286.506,04
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0016	R\$	68.653,80
Total da Atividade			R\$	2.355.159,84
2.017 Manutenção do Município de São João do Itaperiú	3.3.3.9.0	1.500.1002.0017	R\$	195.786,00
	3.3.3.7.0	1.500.1002.0017	R\$	29.309,88
Total da Atividade			R\$	225.095,88
2.018 Manutenção do Município de Schroeder	3.3.3.9.0	1.500.1002.0018	R\$	851.469,12
Total da Atividade			R\$	851.469,12
TOTAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE SERVIÇOS EM SAÚDE			R\$	27.579.424,32
TOTAL DAS DESPESAS			R\$	35.286.773,04

Art. 4º O Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 70% da receita orçamentária, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro, aumento de *per capita*, contratos ou convênios firmados com entidades públicas ou privados.

Art. 5º O Conselho Administrativo do CISONORDESTE/SC fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação e atividade.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Joinville/SC, 14 de dezembro de 2023.

Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal de Garuva/SC
Presidente do CISONORDESTE/SC

CODEPLAN**RESOLUÇÃO Nº 08/2023**

Publicação Nº 5434433

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Resolução nº08/2023.

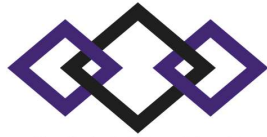
**ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA
A ATUAÇÃO DO AGENTE DE
CONTRATAÇÃO, DA EQUIPE DE APOIO, DA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, DOS
GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS E DA
ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DO
CONTROLE INTERNO, NAS ÁREAS DE QUE
TRATA A LEI Nº 14.133, DE 2021, NO ÂMBITO
DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO DO PLANALTO NORTE
CODEPLAN -SC E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN -SC**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de consórcio e do Estatuto da entidade, bem como da necessidade de regulamentação específica diante das disposições da Lei Federal nº 14.133, 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativo), em especial ao que dispõe o Art. 8º, § 3º;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DIRETRIZES

Art. 1º Regulamentar as regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos e da

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

atuação da assessoria jurídica e do controle interno, suas atribuições e funcionamento, nas áreas de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN-SC**.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I – Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;

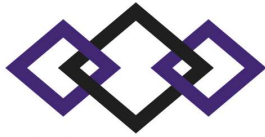
II – Administração: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;

III – Atividades de gestão e fiscalização de contrato: conjunto de ações que têm por objetivo aferir e atestar o cumprimento dos resultados previstos pela Administração nas contratações públicas, bem como subsidiar a instrução processual necessária para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, prorrogação, reequilíbrio, repactuação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras;

IV – Autoridade competente: dirigente do Consórcio Público com poder de decisão estabelecido pela lei, Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio, Estatuto social da entidade ou exercido por delegação através de Resolução específica;

V – Agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

VI – Empregado Público do Consórcio: são agentes públicos, ocupantes de empregos públicos descritos no contrato de consórcio do CODEPLAN -SC, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou agentes públicos cedidos formalmente de outros órgãos ou entidades públicas, mediante assinatura de termo de cooperação técnica e sessão formal que após as formalidades passe a compor o quadro de pessoal do

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

consórcio;

VI – Agente de contratação: são empregados públicos do CODEPLAN -SC previstos no Contrato de Consórcio do CODEPLAN -SC, ou empregado público cedido formalmente de outros órgãos ou entidades públicas, mediante assinatura de termo de cooperação técnica e sessão formal, ou ainda servidores efetivos dos municípios consorciados, designado pela autoridade competente, para acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

VII – Pregoeiro: agente de contratação com atuação em licitações na modalidade pregão;

VIII – Equipe de apoio: conjunto de pelo menos 03 (três) empregados públicos do consórcio público ou de outros órgãos ou entidades públicas, mediante assinatura de termo de cooperação técnica, ou ainda por servidores dos municípios consorciados, responsáveis em subsidiar o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação no trâmite licitatório, atuando desde a fase preparatória até a homologação.

IX – Comissão de contratação: conjunto de no mínimo 3 (três) empregados públicos designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, em substituição ao agente de contratação e/ou pregoeiro, ocupantes de diversos setores, para atuar em licitações de bens ou serviços especiais.

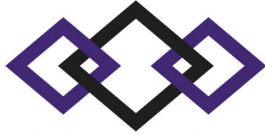
CAPÍTULO II

DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E/OU PREGOEIRO

Art. 3º Para condução da licitação, a autoridade superior designará, por resolução, o agente de contratação e/ou pregoeiro, entre empregados públicos ou servidores dos municípios consorciados para:

I – tomar decisões acerca do procedimento licitatório, em relação ao que for de sua competência;

II – acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde o

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

início até a homologação;

III – impulsionar o procedimento licitatório sempre que necessário, inclusive informar a autoridade competente qualquer atraso do responsável pela fase preparatória da licitação, podendo colaborar e contribuir com informações relevantes na fase de planejamento; e

IV – Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, inclusive recomendando providências às autoridades competentes.

Art. 4º O certame será conduzido pelo (a) agente de contratação e/ou pregoeiro (a) a depender da modalidade adotada, com o auxílio da equipe de apoio, quando designada, sendo que aqueles terão, em especial, as seguintes atribuições:

I – coordenar o processo licitatório, promovendo diligências, conforme o caso, observado o grau de prioridade da contratação;

II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e seus anexos, podendo requisitar ao responsável pela elaboração dos documentos preliminares, subsídios formais para a tomada de decisão;

III – conduzir a sessão pública presencial ou na internet;

IV – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V – dirigir a etapa de lances;

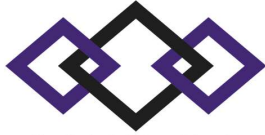
VI – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de 3 dias úteis (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;

VIII – indicar o vencedor do certame;

IX – conduzir e delimitar os trabalhos da equipe de apoio, quando designada;

X – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

XI – encaminhar à equipe de apoio, quando designada, os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

XII – solicitar, a qualquer tempo, manifestação da assessoria jurídica ou do controle interno acerca do certame;

XIII – encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

Art. 5º O agente de contratação e/ou pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 6º O agente de contratação e/ou pregoeiro deverá acompanhar a fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação.

Art. 7º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos seguintes atos:

I – estudos técnicos preliminares;

II – anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;

III – pesquisa de preços.

Parágrafo único. As disposições contidas neste artigo são aplicáveis à comissão de contratação.

Art. 8º O agente de contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

atuação da equipe de apoio ou pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 9º O agente de contratação possui o dever de comunicar à autoridade superior qualquer interferência indevida sobre o exercício de suas competências ou irregularidades no processo de licitação.

Art. 10 Quando adotada a modalidade pregão, o agente de contratação será nomeado pregoeiro por meio de resolução específica, devendo neste caso, igualmente observar todas as regras aplicáveis ao agente de contratação, podendo ser também auxiliado por equipe de apoio.

CAPÍTULO III

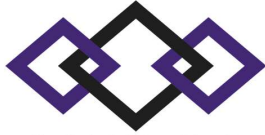
DA EQUIPE DE APOIO

Art. 11 A equipe de apoio poderá ser designada pela autoridade competente da entidade, entre empregados públicos do CODEPLAN -SC e/ou de outros agentes públicos cedidos formalmente por órgãos ou entidades públicas, mediante assinatura de termo de cooperação técnica e cessão formal, ou ainda entre os servidores dos municípios consorciados, para auxiliar o agente de contratação e/ou pregoeiro, a depender da modalidade de licitação, assim como comissão de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, inclusive nos procedimentos auxiliares de licitação.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 12 Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, na forma desta Resolução, não atuando na aquisição de bens e serviços

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

comuns.

§ 1º Os membros da comissão de contratação de que trata o *caput* responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 2º A comissão de contratação será a responsável por todas as licitações realizadas na modalidade de diálogo competitivo.

§ 3º A comissão de contratação possuirá as atribuições do agente de contratação, na forma do art. 3º e 4º desta Resolução.

Art. 13 A comissão de contratação ou de licitação será designada entre um conjunto de empregados públicos do CODEPLAN -SC e/ou de outros agentes públicos cedidos formalmente por órgãos ou entidades públicas, mediante assinatura de termo de cooperação técnica e cessão formal, ou ainda entre os servidores dos municípios consorciados, em caráter permanente ou especial com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, 2021.

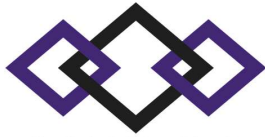
CAPÍTULO V

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 14 As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor e fiscal do contrato, de acordo com as seguintes disposições:

I – gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente a área de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II – fiscalização do contrato: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração.

Art. 15 Caberá ao gestor do contrato, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, ambos a serem designados pela autoridade competente, as seguintes atribuições:

I – providenciar a publicação tempestiva do extrato do contrato e/ou da ata de registro de preços;

II – conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pelo CODEPLAN -SC, e da indicação formal de preposto pelo contratado;

III – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização de contrato, de que dispõe o artigo anterior;

IV – controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal do contrato, antes do término da vigência;

V – controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação;

VI – adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação;

VII – receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior;

VIII – verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso;

IX – deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico da contratada,

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;

X – emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

XI – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

XII – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar em instrumento próprio eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

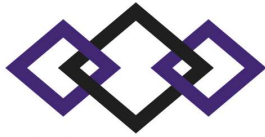
XIII – manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de eventos do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

XIV – constituir relatório final, de que trata a alínea "d", inciso VI, § 3º, do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

Art. 16 Para cada contrato será designado um fiscal e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, um substituto, mediante resolução específica ou ato formal da autoridade competente, cujas atribuições, além de outras expressamente fixadas no ato de designação, são:

I – promover a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos;

II – acompanhar e fiscalizar a execução da obra, serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

III – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

IV – anotar no Histórico de Eventos do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, juntando documentos, registrando telefonemas, fazendo anotações e demais documentos e comunicações realizadas com o contratado relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, incluindo a emissão de notificações com estipulação de prazo para correção;

V – informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V – comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI – fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

Parágrafo único. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração.

Art. 17 Ao fiscal de contrato caberá o recebimento provisório e ao gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente caberá o recebimento definitivo.

§ 1º O recebimento provisório será efetuado em caráter experimental para verificação do objeto recebido em termos de qualidade, resistência e operatividade, sendo lançado no sistema no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após sua efetiva entrega.

§ 2º O recebimento definitivo será conferido após verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente aceitação, de modo permanente, e deverá ser

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas - Irineópolis - Itaiópolis - Mafra-
Major Vieira - Monte Castelo -Papanduva -Porto União - Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento provisório.

Art. 18 Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato de que trata esta Resolução, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II – a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

CAPÍTULO VI**DA ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E CONTROLE INTERNO**

Art. 19 A assessoria jurídica prestará permanente apoio ao agente de contratação e/ou pregoeiro, à equipe de apoio, à comissão de contratação, aos gestores e aos fiscais dos contratos.

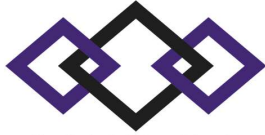
Art. 20 As manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento e ao valor das contratações que deverão estabelecidos pelos agentes responsáveis.

Art. 21 Ressalvada solicitação da autoridade competente, **NÃO** serão submetidos à assessoria jurídica os processos de contratação que:

I – sejam inferiores aos limites estipulados pela Lei Federal n.º 14.133, 2021 nos incisos I e II do art. 75, ou em Resolução;

II – cujo adimplemento integral da contratação ocorra em até 30 (trinta) dias, sem que haja dever de garantia ou de assistência técnica;

III – sejam instrumentalizados com a utilização de minutas padronizadas,

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

previamente aprovadas pela assessoria jurídica.

Art. 22 O controle interno prestará permanente apoio ao agente de contratação e/ou pregoeiro, à equipe de apoio e à comissão de contratação, aos gestores e aos fiscais dos contratos, em todas as fases da licitação, mediante o desenvolvimento das seguintes atividades:

I – verificação e o acompanhamento dos processos de contratações, análise de seus efeitos, evidenciando melhorias e economias existentes nos processos ou prevenindo empecilhos ao atingimento de seus objetivos;

II – desenvolvimento de estudos e proposição de medidas para promover a integração operacional dos diversos setores da Administração envolvidos nos processos de contratações;

III – homogeneizar as interpretações sobre procedimentos relativos às contratações;

IV – efetuar análise e estudo de casos propostos pelo agente de contratação e pela comissão de contratação, conforme a hipótese.

CAPÍTULO VII

DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 Os empregados públicos designados para o cumprimento do disposto nesta Resolução, deverão preencher os seguintes requisitos:

I – preferencialmente, ser empregados públicos constantes no Contrato de Consórcio do CODEPLAN -SC, observadas as disposições desta resolução;

II – enquadrar-se na gestão por competência, mediante prévia verificação dos conhecimentos e das habilidades pessoais exigidas para o desenvolvimento de suas atividades a ser averiguada pela autoridade competente;

III – preferencialmente, ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou experiência profissional comprovada ou qualificação atestada por certificação profissional;

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

III – não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco direto ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 24 É vedado, ressalvados os casos previstos em lei, a qualquer agente público designado para atuar nos processos licitatórios admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

I – comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

II – estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

III – sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

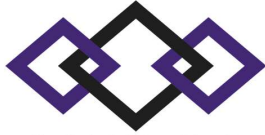
IV – estabeleçam tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

V – opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Art. 25 O Agente Público designado para o cumprimento do disposto nesta Resolução deverá observar os deveres de honestidade, imparcialidade, impessoalidade, legalidade e lealdade às instituições estando impedido de atuar aquele que se encontre em situações que possam suscitar conflitos de interesses.

Parágrafo único. Para os fins do exposto no *caput* deste artigo, considerar-se-á em situação que possa suscitar conflito de interesses:

I – quando estiver postulando como requerente ou quando for sócio/acionista, representante legal ou procurador, cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente,

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do agente público;

II – quando o agente público for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica participante;

III – em que figure como parte cliente do escritório de advocacia do cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório, do agente público;

IV – quando o agente público for, de qualquer forma, interessado na futura contratação de empresa licitante.

Art. 26 Nas licitações que envolvam bens e serviços especiais que versem sobre objeto não rotineiramente contratado, a Administração Pública poderá, a seu critério e por prazo determinado, contratar serviço especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução do processo licitatório.

Parágrafo único. Deverão ser observados, quando da designação do empregado público ou do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, os impedimentos dispostos no art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 27 Poderão ser expedidas normas internas complementares relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na atuação na área de licitações e contratos do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos, desde que observadas as disposições desta Resolução.

Art. 28 Esta Resolução entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra – SC, 15 de dezembro de 2023

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Assinado digitalmente por: JEAN CARLO
MEDEIROS DE SOUZA:02947929969
O tempo: 15-12-2023 11:06:49
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PRESIDENTE
CODEPLAN

RESOLUÇÃO Nº 10/2023

Publicação Nº 5434510

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br
Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Resolução nº 10/2023.

**DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO
PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE
2021, NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DE
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO
PLANALTO NORTE – CODEPLAN -SC**

O Presidente do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN -SC**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de consórcio e do Estatuto da entidade, bem como da necessidade de regulamentação específica diante das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativo);

RESOLVE:

Art. 1º É dispensável a licitação no âmbito do CODEPLAN -SC nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Os valores referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei 14.133, de 2021 serão duplicados para compras, obras e serviços contratados pelo CODEPLAN -SC, conforme disposto no § 2º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II, do caput c/c § 2º do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Página 1 de 4

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto NorteRua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Art. 2º O procedimento de dispensa de licitação, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, podendo, se for o caso, apresentar termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa;

III - parecer jurídico que demonstre o atendimento dos requisitos legais exigidos, podendo ser dispensado, conforme regulamento próprio;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - pesquisa de preços nos termos da resolução específica do CODEPLAN -SC;

VIII - autorização da autoridade competente;

IX - divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas e do extrato da contratação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, **no prazo de 10 dias úteis da autorização de compra** pela autoridade competente.

§ 1º Na hipótese de registro de preços somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 2º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

Art. 3º As contratações de que tratam os incisos I e II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto NorteRua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o *caput* deste artigo, poderá ocorrer a partir da instauração do Processo Administrativo e concomitante à realização da pesquisa de preços pelo Consórcio Público.

Art. 4º No caso de contratações de bens e serviços para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, sem contrato de garantia, com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação do inciso II, c/c § 2º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 será dispensado:

I – totalmente os documentos de habilitação do fornecedor, nos termos do inciso III, do art. 70, da Lei 14.133, de 2021;

II – a manifestação jurídica no Processo Administrativo;

III – a divulgação prevista no art. 3º desta Resolução.

Parágrafo único. Deverá ser observado na integralidade o procedimento do art. 2º desta Resolução, que não é dispensado neste artigo.

Art. 5º As contratações até o valor previsto no § 2º, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 poderá ser realizada somente através de Nota de Empenho, Carta-contrato, Autorização de Compra ou Ordem de Execução de Serviço, sem necessidade de instauração de Processo Administrativo, dispensados os requisitos dos arts. 2º e 4º desta Resolução.

Art. 6º Poderá o Consórcio, nos termos dos arts. 4º e 5º desta Resolução, adquirir produtos em lojas virtuais de confiável reputação.

Parágrafo único: Poderá ser realizado o pagamento antecipado, inclusive via boleto bancário ou cartão de pagamento, desde que garantida a possibilidade de reembolso ao consórcio.

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento

Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Art. 7º Os valores de dispensa de licitação serão atualizados anualmente nos termos do art. 182 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra – SC, 15 de dezembro de 2023

Assinado digitalmente por: JEAN CARLO
MEDEIROS DE SOUZA:02947929969

O tempo: 15-12-2023 11:07:22

Jean Carlo Medeiros de Souza

PRESIDENTE

CODEPLAN

RESOLUÇÃO Nº 11/2023

Publicação Nº 5434530

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte
Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Resolução nº 11/2023.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN-SC**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de consórcio e do Estatuto da entidade, bem como da necessidade de regulamentação específica diante das disposições do § 1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN-SC.

§ 1º O disposto nesta Resolução não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia.

§ 2º Para aferição da vantagem econômica na renovação do contrato, das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de

Página 1 de 6

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;

II - preço máximo: valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis; e

III - sobrepreço: preço orçado ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - descrição do objeto a ser contratado;
- II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa;
- III - descrição das fontes consultadas;
- IV – método matemático aplicado para a definição do valor estimado;
- V – apresentação do valor estimado e documentos que lhe dão suporte.
- VI – justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, que poderão ser empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo federal e estadual, como Painel de Preços, banco de preços em saúde, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou outro correlato, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive do próprio consórcio público, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado e registrando, se for o caso, o índice de atualização de preços correspondente;

III - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício, e-mail, aplicativo de mensagens, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores com no máximo 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital;

V - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; ou

VI - utilização de portais de compras governamentais, como o Painel de Preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde, o Licitações-e, Portal de Informações para Todos do TCE/PR, Atas de Registro de Preço, aplicativo Menor Preço Compras Paraná, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais formas de consulta, no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

§ 1º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso III, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais ou certificado pelo Empregado Público do Consórcio, que contenha no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - condições da execução do objeto da pesquisa de preços; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso III do caput.

§ 2º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto mínimo de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 4º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados;

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se integralmente o disposto no art. 4º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 4º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, contratos, notas de empenho ou por outro meio idôneo, inclusive podendo ser auferido por meio de tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 4º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados no processo e aprovados pela autoridade competente.

§ 5º Caso a pesquisa ou justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado do objeto que pretende ser contratado via inexigibilidade de licitação, deverá o agente responsável, registrar a situação do processo e submeter a análise da autoridade competente.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às hipóteses de dispensa de

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra-
Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

licitação.

Art. 8º Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 9º Poderão ser expedidas normas internas complementares relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na atuação na área de licitações e contratos do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos, desde que observadas as disposições desta Resolução.

Art. 10 O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Resolução.

Parágrafo único: O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, devidamente justificado e definido, de forma a aliar a atratividade do mercado, o interesse do consórcio público e a mitigação de risco de sobrepreço na contratação.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra – SC, 15 de dezembro de 2023

Assinado digitalmente por: JEAN CARLO
MEDEIROS DE SOUZA:02947929969
O tempo: 15-12-2023 11:07:38

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

**Presidente
CODEPLAN**

RESOLUÇÃO Nº 12/2023

Publicação Nº 5434534

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

RESOLUÇÃO nº 12/2023**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS
HIPÓTESES DE DISPENSA DO ESTUDO
TÉCNICO PRELIMINAR NO ÂMBITO DO
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO DO PLANALTO NORTE –
CODEPLAN-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN -SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio bem como:

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Federal nº 11.107, de 2005 e Decreto Federal nº 6.017, de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados;

CONSIDERANDO as finalidades do CODEPLAN-SC, dentre elas a realização de licitações de serviços de saúde em favor dos seus Municípios Consorciados, prevista no art. 33, inciso IV e V de seu Contrato de Consórcio, devidamente ratificados por lei pelos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que, ao solicitarem determinado produto ou serviço para este Consórcio Público, os Entes Consorciados, considerando sua realidade social e orçamentária, já fizeram o prévio levantamento de mercado, solicitando ao CODEPLAN-SC a licitação daquilo que melhor atenderá seus administrados de acordo com as finalidades da entidade.

RESOLVE:Página **1** de **6**

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, com base na Lei Federal nº 14.133, de 2021, as hipóteses de dispensa do Estudo Técnico Preliminar.

Art. 2º O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

CAPÍTULO II HIPÓTESES DE DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 3º Fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar pelo CISAMARP nas seguintes hipóteses:

I – Produtos ou serviços usuais, de baixa complexidade técnica, e indispensáveis à manutenção da atividade administrativa;

II – Produtos ou serviços em que a análise de viabilidade técnica e econômica dependa do prévio conhecimento da realidade social e orçamentária dos Entes Consorciados;

III – Outras hipóteses, devidamente justificadas, onde fique comprovado a impossibilidade ou inviabilidade do CODEPLAN-SC realizar o estudo técnico preliminar nos termos exigidos pela Lei Federal n. 14.133, de 2021.

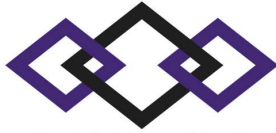
§ 1º Dentre outras hipóteses devidamente justificadas nos termos do *caput* deste artigo, está dispensada a realização do Estudo Técnico Preliminar para as seguintes contratações, dentre outras:

I – Café;

II – Água mineral e bebedouros;

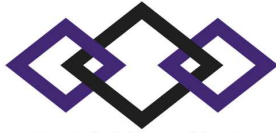
III – Materiais de expediente, escolares, didáticos e de artesanato;

IV – Medicamentos, cosméticos, suplementos alimentares;

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

- V – Álcool em gel e líquido;
- VI – Fornecimentos de gêneros alimentícios, inclusive, cesta de alimentos;
- VII – Papel higiênico e papel toalha;
- VIII – Suprimentos para impressão;
- IX – Materiais saneantes para higienização e limpeza;
- X – Fraldas geriátricas e infantis;
- XI – Açúcares e adoçantes;
- XII – Materiais odontológicos;
- XIII – Materiais ambulatoriais gerais;
- XIV – Atendimentos de decisões judiciais para qualquer finalidade, desde que a decisão seja específica;
- XV – Fórmulas e suplementos alimentares;
- XVI – Móveis para escritório, cadeiras e longarinas;
- XVII – Televisores, eletrodomésticos e utensílios;
- XVIII – Pneus, câmaras de ar, protetores, adesivos, plotagem;
- XIX – Tubos e conexões;
- XX – Artigos médicos hospitalares, odontológicos e fisioterapia;
- XXI – Soro fisiológico;
- XXII – Tiras teste de glicose;
- XXIII – Curativos para tratamento de feridas;
- XXIV – Materiais de fisioterapia;
- XXV – Aquisição de computadores, monitores, notebooks, monitores e tablets;
- XXVI – Aquisição de Impressoras;
- XXVII – Projetores de multimídia;
- XXVIII – Câmeras de videomonitoramento;
- XXIX – Telas interativas, lousas digitais e suporte para telas interativas;
- XXX – Nobreaks, estabilizadores e gabinetes de recarga;
- XXXI – Luminárias e projetores de LED;
- XXXII – Equipamentos de rede de dados e servidores de rede;
- XXXIII – Equipamentos de informática, eletrônicos, acessórios e periféricos;

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte
amplanorte@amplanorte.org.br Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

XXXIV – Outras devidamente justificadas no processo licitatório.

§ 2º A dispensa prevista neste artigo não impede a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, caso solicitado pela autoridade competente ou a critério do agente público responsável pela condução do certame.

Art. 4º Dispensa-se a realização do Estudo Técnico Preliminar na contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Art. 5º É dispensada a realização do Estudo Técnico Preliminar para os casos de credenciamento, contratação direta, na modalidade inexigibilidade de licitação, ressalvado o disposto no § 2º, do art. 3º desta resolução.

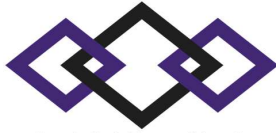
Art. 6º A elaboração do estudo técnico preliminar é facultada nas seguintes hipóteses de dispensa de licitação:

I – Para a contratação direta de que trata o art. 75, inciso I, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

II – Para a contratação direta de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

III – para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

CODEPLAN-SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

Art. 7º É dispensada a realização de estudo técnico preliminar nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada ou prorrogação de vigência de ata de registro preços.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As hipóteses de dispensa de estudo técnico preliminar previstas nesta resolução dizem respeito às licitações do CODEPLAN-SC, não sendo aplicáveis às licitações autônomas dos entes da federação consorciados.

Art. 9º Para as licitações, dispensas e inexigibilidades, para as compras de produtos e/ou serviços de forma compartilhada, para os Municípios Consorciados do CODEPLAN-SC, realizados pelo CODEPLAN-SC, é de responsabilidade exclusiva dos Municípios Consorciados a realização de seus respectivos ETPs.

CODEPLAN•SC

Consórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665 Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis –
Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Art. 10 Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Mafra -SC, 15 de dezembro de 2023

Assinado digitalmente por: JEAN CARLO

MEDEIROS DE SOUZA:02947929969

O tempo: 15-12-2023 11:07:54

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PRESIDENTE

CODEPLAN

RESOLUÇÃO Nº09/2023

Publicação Nº 5434493

CODEPLAN-SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major
Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Resolução nº 9/2023.

**REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 20
DA LEI Nº 14.133, DE 2021, PARA
ESTABELECE O ENQUADRAMENTO DOS
BENS DE CONSUMO ADQUIRIDOS PARA
SUPRIR AS DEMANDAS DAS ESTRUTURAS
NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DE
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO
PLANALTO NORTE– CODEPLAN -SC,
DENTRO DAS CATEGORIAS DE QUALIDADE
COMUM E DE LUXO.**

O Presidente do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE– CODEPLAN- SC**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de consórcio e do Estatuto da entidade, bem como da necessidade de regulamentação específica diante das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativo), especialmente ao que dispõe o art. 20, § 1º;

RESOLVE:

Art. 1º Regular o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE– CODEPLAN -SC** e municípios consorciados nas categorias de qualidade comum e de luxo.

§ 1º Esta Resolução aplica-se também às contratações realizadas pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE–**

Página 1 de 4

CODEPLAN-SC

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major
Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

CODEPLAN-SC através da adesão à ata de registro de preço de outros entes da federação.

§ 2º Aplicar-se-á o Decreto Federal nº 10.818, de 2021, para às contratações realizadas pelo consórcio, com a utilização de recursos da União oriundos de transferências voluntárias, sem prejuízo da aplicação subsidiária das regras desta Resolução, naquilo que não contrarie o regulamento federal.

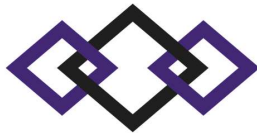
Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bem de consumo - todo e qualquer material que tem por objetivo satisfazer as necessidades da administração pública enquadráveis como bens de consumo duráveis ou não duráveis, e, atendam a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

- a) Durabilidade: bens que podem ser utilizados repetidas vezes por longo período, conforme vida útil projetada pelo fabricante;
- b) Perecibilidade: bens sujeitos a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- c) Fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irreversível ou com perda de sua identidade;
- d) Incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; e
- e) Transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com padrão de qualidade e preços medianos de acordo com o mercado;

III - bem de luxo - bem de consumo com alta especificidade e distinção, de qualidade desnecessariamente requintada, dispensável ao bom e relevante funcionamento da máquina pública, identificável por meio de características tais como ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major
Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Parágrafo único. Para fins do inciso I, considera-se:

- a) Bens de consumo duráveis: aqueles que podem ser utilizados repetidas vezes por longo período, sem que seu uso importe exaurimento imediato;
- b) Bens de consumo não duráveis: aqueles bens produzidos para serem consumidos imediatamente, importando exaurimento imediato.

Art. 3º A entidade pública considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso III, do caput do art. 2º:

I - relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e

II - relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) evolução tecnológica;
- b) tendências sociais;
- c) alterações de disponibilidade no mercado; e
- d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso III, do caput, do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

Art. 5º É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto nesta Resolução.

CODEPLAN•SCConsórcio de Desenvolvimento
Econômico do Planalto Norte

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major
Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

Art. 6º Poderão ser expedidas normas internas complementares relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na pré-qualificação.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra -SC, 15 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente por: JEAN CARLO

MEDEIROS DE SOUZA:02947929969

O tempo: 15-12-2023 11:07:06

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PRESIDENTE

CODEPLAN

LAMBARI**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2023 - QUARTA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

Publicação Nº 5432347

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 - LEI PAULO GUSTAVO****COMUNICADO**

O Consórcio Lambari - SC, em Consonância com a Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense e com o Colegiado Regional de Cultura, representando aqui os municípios integrantes, sendo: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina, no uso de suas atribuições legais e nos princípios constitucionais aplicáveis aos Consórcios Públicos e nos termos da Lei Complementar nº 195/2022, Decreto nº 11.453/2023 e Decreto nº 11.525/2023, torna público a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO** de avaliação das propostas para a **SELEÇÃO DE PRODUÇÕES CULTURAIS DO AUDIOVISUAL NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO** conforme tabela abaixo:

ETAPA	DATA/PERÍODO
*Período de Inscrições	De 09/10/23 a 22/11/23
Período de Análise Documental	De 23 a 24/11/23
Divulgação das Propostas Inscritas	24/11/23
*Período Recursal	De 27 a 29/11/23
Análise dos Recursos	De 30/11 a 01/12/23
Resposta dos Recursos	04/12/23
Divulgação dos Proponentes aptos à Avaliação	05/12/23
*Período de avaliação das propostas	De 06 a 17/12/23
Publicação do Resultado das Avaliações	18/12/23
*Período Recursal	19 a 20/12/23
Análise dos Recursos	21/12/23
Resposta dos Recursos	21/12/23
*Homologação do Resultado Final	22/12/23
Assinatura dos contratos	De 26 a 28/12/23
Pagamento	Até 31/12/23
*Prazo de execução do projeto	8 meses a contar da data do pagamento aos proponentes

Que passa a vigorar na data de sua publicação.

Concórdia, 15 de dezembro de 2023.

Paulo José Deitos
Presidente do Consórcio Lambari

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº002/2023 - QUARTA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 5432348

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 - LEI PAULO GUSTAVO****COMUNICADO**

O Consórcio Lambari - SC, em Consonância com a Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense e com o Colegiado Regional de Cultura, representando aqui os municípios integrantes, sendo: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina, no uso de suas atribuições legais e nos princípios constitucionais aplicáveis aos Consórcios Públicos e nos termos da Lei Complementar nº 195/2022, Decreto nº 11.453/2023 e Decreto nº 11.525/2023, torna público a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO** de avaliação das propostas para a **SELEÇÃO DE PRODUÇÕES CULTURAIS DE DIVERSAS LINGUAGENS NOS TERMOS DO ARTIGO 8º, § 1º I e II DA LEI Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO** conforme tabela abaixo:

ETAPA	DATA/PERÍODO
*Período de Inscrições	De 09/10/23 a 22/11/23
Período de Análise Documental	De 23 a 24/11/23
Divulgação das Propostas Inscrições	24/11/23
*Período Recursal	De 27 a 29/11/23
Análise dos Recursos	De 30/11 a 01/12/23
Resposta dos Recursos	04/12/23
Divulgação dos Proponentes aptos à Avaliação	05/12/23
*Período de avaliação das propostas	De 06 a 17/12/23
Publicação do Resultado das Avaliações	18/12/23
*Período Recursal	19 a 20/12/23
Análise dos Recursos	21/12/23
Resposta dos Recursos	21/12/23
*Homologação do Resultado Final	22/12/23
Assinatura dos contratos	De 26 a 28/12/23
Pagamento	Até 31/12/23
*Prazo de execução do projeto	8 meses a contar da data do pagamento aos proponentes

Que passa a vigorar na data de sua publicação.

Concórdia, 15 de dezembro de 2023.

PAULO JOSE
DEITOS:02196632970
32970

Assinado de forma digital
por PAULO JOSE
DEITOS:02196632970
Dados: 2023.12.15
09:16:59 -03'00'

Paulo José Deitos
Presidente do Consórcio Lambari

CVC**AVISO DE DISPENSA - 46/2023**

Publicação Nº 5432396

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2023

ENVIO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: ATÉ DIA 20/12/2023
ABERTURA DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS: 21/12/2023
AS 08:30 HORAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de hospedagem de e-mail
com 20 GB de espaço de armazenamento

Coronel Freitas, SC, 15 de dezembro de 2023.

DIEGO BASSANI

Diretor Executivo

CIRSURES**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 36-2023**

Publicação Nº 5433570

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 36/2023.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de escavadeira hidráulica para realização de serviços específicos de regularização de taludes, carregamento de caminhões, destoca e regularização da jazida de argila e aberturas de valas e drenagens no aterro sanitário, sede operacional do CIRSURES para o ano de 2024.

Contratado: F. Aguiar Construções e Terraplanagem LTDA, inscrita no CNPJ 10.774.380/0001-75.

Da fundamentação legal: Art. 24, inc. I, c/c § 1º, da Lei 8.666/93.

Valor Global: Valor total de R\$ 32.340,00 (trinta e dois mil trezentos e quarenta reais).

Ratificação: em 05 de Dezembro de 2023.

Urussanga, 15 de Dezembro de 2023.

Valério Moretti
Presidente do Cirsures

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 37-2023

Publicação Nº 5433642

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 37/2023.

Objeto: Prestação de serviços de licenciamento de programas de informática para gestão pública dos seguintes programas, para usuários ilimitados, a) contabilidade; b) compras e licitações; c) folha de pagamento; d) transparência cloud; e) patrimônio cloud; f) esocial; g) recursos humanos para o ano de 2024.

Contratado: Betha Sistemas Ltda., CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Da fundamentação legal: Art. 24, inc. II, c/c § 1º, da Lei 8.666/93.

Valor Global: Valor total de R\$ 33.588,75 (trinta e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Ratificação: em 12 de Dezembro de 2023.

Urussanga, 15 de Dezembro de 2023.

Valério Moretti
Presidente do Cirsures

RESOLUÇÃO 56-2023

Publicação Nº 5433508

RESOLUÇÃO CIRSURES nº 56/2023

EMENTA: Dispõe sobre exoneração de empregado público Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Treviso, Valério Moretti, no uso de suas atribuições contratuais e estatutárias, em especial as constantes no art. 29, inciso XI, da Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES,

Resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido do empregado público, na data de 11 de dezembro de 2023, o Sr. Rauff Cipriano, matrícula nº 100, ocupante do emprego público de auxiliar de serviços gerais, contratado em regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com lotação no Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Urussanga/SC, 11 de dezembro de 2023.

VALÉRIO MORETTI
Presidente do CIRSURES
Prefeito de Treviso

RESOLUÇÃO 57-2023

Publicação Nº 5433525

RESOLUÇÃO CIRSURES nº. 57/2023

Designa membros para compor a Comissão Especial de Patrimônio para proceder o Inventário Anual de Bens Móveis do Ativo Permanente no âmbito do Poder Executivo para o exercício de 2023 e dá outras providências.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Treviso, Valério Moretti, no uso de suas atribuições, em especial as constantes no art. 29, incisos IV, V e XII, da Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320/64, capítulo III, que versa acerca da contabilidade patrimonial, especialmente o art. 96;

CONSIDERANDO a adoção e o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizado os registros contábeis e patrimoniais do CIRSURES.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Especial de Patrimônio para proceder o Inventário Anual dos bens móveis do ativo permanente, no âmbito do CIRSURES, com o objetivo de atualizar os registros patrimoniais do Consórcio Público.

Art. 2º. Para compor a Comissão Especial de Inventário Anual, ficam designados sob a presidência do primeiro, os membros abaixo qualificados:

I – Thiago Maragno Biava, matrícula nº 1, Diretor do CIRSURES;

II – Renata De Brida Rosso, matrícula nº 14, empregada pública do CIRSURES;

III – Fabíola Zimmermann, matrícula nº 15, empregada pública do CIRSURES.

Art. 3º. Ficam outorgados poderes à Comissão Especial de Inventário Anual para abertura de processo para anexar documentos necessários aos inventários patrimoniais, inclusive para a atualização dos registros contábeis e patrimoniais.

Parágrafo único. Para a realização do Inventário anual de bens, a Comissão poderá contar com apoio de empresa terceirizada bem como, com os demais empregados públicos do CIRSURES.

Art. 4º. Além das atribuições de identificação, contagem e conferência dos bens que formam o Patrimônio do Consórcio Público, terão poderes para avaliar, reavaliar ou reclassificar os bens identificados.

Art. 5º. Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas ou relatório e deverão integrar no Livro de Inventário Anual.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Urussanga/SC, 15 de dezembro de 2023.

VALÉRIO MORETTI

Presidente do CIRSURES

Prefeito de Treviso/SC

RESOLUÇÃO 58-2023

Publicação Nº 5434289

RESOLUÇÃO nº 058, de 15/12/2023

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CIRSURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CIRSURES, com base na Lei nº 4.320 de 17/03/1964, na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CIRSURES, Sr. Valério Moretti, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 29 do Estatuto Social e:

RESOLVE:

Art. 1º - Suplementar o orçamento vigente nos elementos orçamentários a seguir:

ÓRGÃO: 01 – Consórcio Interm. de Res. Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES

UNIDADE: 01 – Consórcio Interm. de Res. Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES

Proj/Ativ.: 2.001 – Manutenção das Atividades do CIRSURES

Elem.: (02) 3.3.90.00.00.00.00.0880 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - As despesas do artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do orçamento vigente no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

ÓRGÃO: 01 – Consórcio Interm. de Res. Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES

UNIDADE: 01 – Consórcio Interm. de Res. Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES

Proj/Ativ.: 2.001 – Manutenção das Atividades do CIRSURES

Elem.: (04) 4.4.90.00.00.00.00.0880 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua assinatura.

Urussanga (SC), 15 de dezembro de 2023.

VALÉRIO MORETTI

Prefeito Municipal de Treviso (SC)

Presidente do CIRSURES